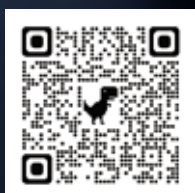


BI AMB

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos
Dispensa de Registo N.º 03/GABINFO-DEC/2015



Aprovada legislação contra branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Banca introduz soluções modernas de pagamento

Potencial da banca digital e serviços financeiros móveis

SUMÁRIO

I. EDITORIAL	- Mensagem do presidente da AMB	3
II. AMB	- AMB discute potencial da banca digital e serviços financeiros móveis	4
	- AMB e INTIC discutem licenciamento de serviços electrónicos e plataformas digitais	6
	- AMB fala dos mecanismos de financiamento ao sector agrário	7
	- AMB participa no Seminário de Auditoria Interna das Instituições Financeiras	8
	- AMB recebe delegação do MEFMI	9
III. SECTOR BANCÁRIO	- Banca introduz soluções modernas de pagamento	10
	- Instituições financeiras apontam medidas para fortalecimento da Inclusão Financeira	11
	- Gráfico da evolução da Prime Rate (Últimos 12 Meses)	12
IV. LEGISLAÇÃO	- Alargada legislação contra branqueamento de capitais e financiamento terrorismo	13
V. ECONOMIA	- Moçambique atinge limite de endividamento interno	14
	- Taxa de Juro de Política Monetária mantém-se em 17,25%	15
VI. EDUCAÇÃO FINANCEIRA	- FAQs Sobre a actualização das Soluções de Pagamentos	16
VII. MEMBROS ASSOCIADOS		19





Teotónio Comiche
Presidente da Direcção

Mensagem do presidente da AMB

Estimados associados,

É com grande satisfação que partilhamos a edição de Setembro de 2023, que traz os principais desenvolvimentos relacionados às actividades da nossa associação e aos acontecimentos marcantes do sector bancário e do sistema financeiro em geral.

No âmbito da preparação da XXV Reunião Ordinária do Comité de Coordenação do Sistema Nacional de Pagamentos (CCSNP), apresentámos a nossa proposta ao Banco de Moçambique para discutir as oportunidades e desafios da Computação em Nuvem no sector financeiro de Moçambique.

Esta discussão torna-se essencial dada a demanda crescente global por segurança cibernética, protecção de dados e combate ao crime financeiro.

No último trimestre, alcançámos marcos significativos, incluindo a aprovação, pelo Parlamento moçambicano, das propostas de revisão da Lei n.º 14/2023, que estabelece o Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Acreditamos que essa expansão da legislação contribuirá para o aumento da segurança e manterá a reputação do sistema financeiro moçambicano, com potencial para retirar o País da “lista cinzenta” do Gabinete de Acção Financeira Internacional.

No campo do aprimoramento tecnológico, foram adoptadas soluções modernas de pagamento por cartão nos terminais POS e caixas electrónicas (ATM), através da introdução da tecnologia contactless, que acelerará e facilitará as transacções em Moçambique.

Gostaria também de enfatizar a nossa participação no Seminário de Auditoria Interna das Instituições Financeiras e no workshop sobre os desafios, mecanismos e soluções de financiamento para o desenvolvimento do sector agrícola em Moçambique.

Junto ao Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) fornecemos subsídios sobre as condições e requisitos para a elaboração do regulamento de registo e licenciamento de provedores intermediários de serviços electrónicos e plataformas digitais.

Estamos orgulhosos de ter respondido positivamente às solicitações de intervenção em debates candentes e actuais, especialmente no que diz respeito ao “Potencial do Mercado de Serviços Financeiros Móveis e o Open Banking como Oportunidades para Novos e Melhores Negócios” na Conferência do Sector Bancário, Serviços Financeiros e Seguros – BFSI.

É importante reconhecer que todos os esforços dos nossos membros em colaborar com a agenda da AMB visam o aprimoramento do progresso técnico e económico, bem como o desenvolvimento da actividade bancária em Moçambique.

Agradecemos o empenho e dedicação de todos os associados. Juntos continuaremos a fortalecer o sector financeiro moçambicano.

AMB DEBATE POTENCIAL DA BANCA DIGITAL E SERVIÇOS FINANCEIROS MÓVEIS

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) participou, no dia 14 de Setembro último, na Conferência do Sector Bancário, Serviços Financeiros e Seguros – BFSI, que decorreu na cidade de Maputo. Durante o evento, de dois dias, foram abordados diversos temas centrados na transformação digital para um Sistema Financeiro Inclusivo, Sustentável e no Desenvolvimento da Indústria.

A AMB foi representada pelo Dr. Jorge Octávio, a quem coube a responsabilidade de moderar o painel de debate intitulado “Potencial do Mercado de Serviços Financeiros Móveis e o Open Banking como Oportunidades para Novos e Melhores Negócios”. Também integraram este painel Tuaha Mote, PCA do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), Amorim Ambasse, da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), e Marla Mandlate, da firma Sal & Caldeira Advogados.

Durante a sessão, os painelistas debruçaram-se sobre dois aspectos principais, nomeadamente os riscos de segurança de dados e informação, associados à utilização crescente de meios financeiros digitais e os desafios relacionados com a fraca disponibilidade de um quadro legal eficiente.



II.AMB

De acordo com a jurista Marla Mandlate, existem litígios de natureza diversa na utilização de soluções financeiras digitais, mas o seu tratamento é deficiente, devido à ausência de um enquadramento legal para a sua resolução.

A panelista explicou que os poucos recursos normativos existentes para a protecção de dados dos consumidores

dos serviços financeiros digitais estão dispersos, podendo ser encontrados em legislações sectoriais, como as leis das Telecomunicações, das Transacções Electrónicas e na Constituição da República, quando o ideal é que deve haver só um documento que regule essa matéria.

Por sua vez, o PCA do INCM, Tuaha Mote, destacou que as barreiras legais afectam a confiança, com efeitos na experiência dos utilizadores desses serviços.

Além disso, Mote defendeu que o crescimento da inovação tecnológica sem o acompanhamento da inovação normativa e da segurança cibernética contribui para o enfraquecimento da interoperabilidade dos serviços open banking com as soluções tecnológicas oferecidas pelas carteiras móveis.

“A partir do momento em que temos a ligação entre as diferentes plataformas de serviços financeiros digitais, elas ficam expostas ao risco de insegurança mútua. Enquanto não tivermos a segurança assegurada, continuaremos a ter receio dos operadores do sector financeiro em criar abertura ao mercado digital”, explicou.

Mais adiante, Amorim Ambasse defendeu que o uso das soluções digitais no mercado financeiro aumenta a eficiência dos serviços e reduz os transtornos dos utilizadores.

De acordo com o representante da AMB, Jorge Octávio, o uso de soluções tecnológicas digitais, como o recurso a carteiras móveis para efectuar pagamentos, registou um crescimento mundial significativo em 2020, sendo que na África Subsaariana destaca-se o desempenho das carteiras, como o M-Pesa, a Orange Money e o MTN Mobile Money, responsáveis por 43% de todas as novas contas.

A presença da AMB na Conferência do Sector Bancário, Serviços Financeiros e Seguros possibilitou uma discussão aprofundada sobre temas de relevância para os seus associados e para o sector bancário em geral, concretizando, assim, os objectivos a que se comprometeu desde a sua fundação.



Jorge Octávio, representante da AMB

AMB E INTIC DISCUTEM LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS ELECTRÓNICOS E PLATAFORMAS DIGITAIS

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e o Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) reuniram-se, no dia 13 de Julho de 2023, para discutir a proposta de regulamento de registo e licenciamento de provedores intermediários de serviços electrónicos e plataformas digitais.

O encontro contou com a presença do presidente da AMB, Dr. Teotónio Comiche, representantes de diferentes instituições bancárias e membros do INTIC, com o intuito de colher subsídios do sector bancário sobre as condições e requisitos para a elaboração do regulamento.

Durante o encontro, Teotónio Comiche referiu que a abordagem colaborativa e consultiva do INTIC para a formulação deste regulamento vai ao encontro do pilar de inclusão, uma vez que a interação entre as partes

possibilitará a troca de conhecimentos e experiências, que vai culminar com a elaboração de um instrumento legal mais abrangente e eficaz.

Por sua vez, o Presidente do Conselho de Administração (PCA) do INTIC, Prof. Dr. Eng. Lourino Chemane, considerou que a auscultação é uma etapa importante, porque permite a participação e contribuição dos interessados, resultando num documento final mais completo e adequado.

A iniciativa para a elaboração do regulamento visa responder ao desenvolvimento do sector de tecnologias de informação e comunicação em Moçambique, e no mundo em geral, com o objectivo de promover a qualidade e segurança na oferta de serviços electrónicos e plataformas digitais.





Dr. Luri Khan falando dos Mecanismos de Financiamento para o Desenvolvimento do Sector Agrário à margem da FACIM

AMB FALA DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO AO SECTOR AGRÁRIO

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) participou, no dia 31 de Agosto, no Centro de Exposições e Feiras de Ricatla, em Marracuene, num painel de debate subordinado ao tema “Mecanismos de Financiamento para o Desenvolvimento do Sector Agrário”, realizado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), no âmbito da 58ª Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM).

A AMB esteve representada por Luri Khan, membro do Conselho de Direcção. No mesmo painel, estiveram Amiro Abdala, em representação da Gapi - Sociedade de Investimentos, Alcides Nhamatate, do Vale do Zambeze, Inocêncio Sotomane, da Federação das Associações Agrárias de Moçambique (FENAFRI), e Vitorino Xavier, em representação do Governo.

De acordo com Luri Khan, a baixa literacia financeira dos agricultores, a falta de plano de negócios e garantias líquidas, o difícil acesso ao seguro agrário, associado à vulnerabilidade do sector devido aos riscos climáticos, são os principais desafios identificados pelo sector bancário para a concessão de crédito aos investidores do sector agrário.

Para colmatar esses desafios, o representante da AMB defende a criação de incentivos de natureza fiscal e financeira, de modo a estimular a oferta de crédito com taxas de juros mais competitivas e relativamente baixas.

Os incentivos financeiros arrolados por Luri Khan incluem a isenção da constituição de reservas obrigatórias na proporção de depósitos convertidos em créditos para a agricultura, tratamento diferenciado dos rácios prudenciais no caso de financiamento ao sector agrário e benefício extraordinário para empresas com financiamento à agricultura apreciável no seu portfólio.

Os incentivos de natureza fiscal incluem a isenção do imposto de selo nos juros do crédito agrícola, a isenção da aplicação do imposto de capitais nos rendimentos de empresas agrícolas e a isenção de imposto de capitais em depósitos de pessoas singulares, de modo a apoiar o esforço da constituição do funding dos bancos.

De acordo com os dados apresentados pela AMB, em harmonia com o Instituto Nacional de Estatística (INE), do total de terra arável existente em Moçambique, apenas 10% são aproveitados para a prática da agricultura. Mesmo assim, nos últimos 5 anos, a contribuição da AMB e outros actores no financiamento à agricultura registou um crescimento médio anual de 3,7%.

No entanto, para uma melhor coordenação entre os dois sectores, a AMB recomenda a melhoria da literacia financeira dos empreendedores do sector agrário, a criação de instituições ou unidades especializadas para o financiamento à agricultura e a adopção de uma legislação favorável para a utilização das linhas de crédito.

AMB PARTICIPA NO SEMINÁRIO DE AUDITORIA INTERNA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) participou no Seminário de Auditoria Interna das Instituições Financeiras, que teve lugar no dia 15 de Setembro de 2023, na cidade de Maputo. O discurso de abertura foi proferido pelo CEO do Nedbank, Joel Rodrigues, que enalteceu o papel da auditoria interna como consultora de confiança nas instituições financeiras em Moçambique.



A representação da AMB contou com a presença de Sérgio Ribeiro e Elísio Langa, vogal e secretário do Conselho de Direcção, respectivamente. O seminário reuniu também representantes dos bancos comerciais, do Banco de Moçambique e consultores externos.

O principal objectivo deste encontro foi aprimorar as práticas das instituições financeiras através da troca de ideias e experiências com os auditores internos, promovendo, assim, maior inclusão das equipas de

auditoria nos bancos comerciais em Moçambique

Este seminário faz parte de um ciclo de eventos iniciados no NedBank e que será realizado de forma rotativa pelos diferentes bancos nas próximas edições.

A participação activa da AMB demonstra o compromisso da associação com a promoção do aprimoramento e da colaboração dentro do sector financeiro em Moçambique.



AMB RECEBE DELEGAÇÃO DO MEFMI

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) recebeu, na sua sede na cidade de Maputo, uma delegação do Instituto de Gestão Macro-económica e Financeira da África Oriental e Austral (MEFMI) no passado dia 18 de Setembro.

Liderada pelo diretor executivo da agremiação, Dr. Luís Kasekende, a equipa tinha como missão avaliar as necessidades de capacitação dos países-membros do MEFMI. Além disso, eles apresentaram as soluções oferecidas pela Unidade de Desenvolvimento de Negócios (BDU), braço comercial da instituição, cujos produtos e serviços estão direccionados para instituições privadas do sector financeiro.

Após o encontro com os membros da AMB, o MEFMI recomendou a realização de alguns cursos para as instituições financeiras nacionais. Estes cursos abordarão os “Fundamentos de Auditoria Interna” visando promover a boa governança corporativa e a “Gestão de Recursos Humanos” direccionada para gerentes de linha.

Este encontro é mais uma iniciativa apoiada pela AMB com o objectivo de fortalecer e promover práticas que contribuam para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária em Moçambique.

BANCA INTRODUZ SOLUÇÕES MODERNAS DE PAGAMENTO

O acesso a alguns serviços bancários, nomeadamente, pagamentos a cartão nos terminais POS e caixas electrónicas (ATM), passa a usar tecnologias modernas que vão acelerar e facilitar a sua operacionalização em Moçambique.

Trata-se de um passo avançado na inovação e modernização dos serviços bancários oferecidos pelos bancos comerciais inscritos na Associação Moçambicana de Bancos (AMB), através da introdução da tecnologia contactless.

Com esta tecnologia, todos os cartões, POS e ATM, deverão passar por um processo de renovação, para a integração de novas funcionalidades nos serviços conta móvel e no canal mobile.

Por via disso, os bancos associados à AMB estão num processo contínuo de emissão de cartões com tecnologia contactless aos seus clientes em todo o País e sem qualquer custo associado.

A modernização do conjunto de ATMs por parte dos membros da AMB no País tem sido um processo progressivo e dinâmico, com algumas limitações temporárias de serviços, sendo que foram garantidas as operações mais comuns e outros serviços estão a ser reintroduzidos gradualmente.

Os terminais POS foram igualmente actualizados com a aceitação de pagamentos contactless para cartões nacionais e estrangeiros.

Todo o processo foi orientado de forma a garantir que não ocorram alterações nos custos para os clientes, incluindo os comerciantes que utilizam estes terminais.

O serviço de conta móvel foi actualizado e novas funcionalidades foram introduzidas, por forma a torná-lo mais universal e inclusivo.

Contactless é uma tecnologia de leitura de cartões bancários (débito, crédito e pré-pago) por aproximação, que permite realizar operações de pagamento através da conexão de um cartão a um POS desde que ambos estejam dotados da mesma tecnologia, podendo efectuar operações a uma distância máxima de quatro centímetros.

Os pagamentos contactless utilizam tecnologia de criptografia avançada, tornando-os extremamente seguros. Os cartões que têm essa tecnologia levam um chip que envia um sinal por radiofrequência nos pagamentos em POS, permitindo assim que o titular do cartão possa efectuar pagamentos de baixo valor sem a introdução do código de segurança (PIN).



O uso da tecnologia contactless é uma forma adicional de efectuar pagamentos em POS sem, no entanto, descontinuar o uso do PIN nas transacções financeiras. As transacções cujo custo é superior à margem determinada pelo banco continuarão a ser realizadas mediante a digitação do PIN, com introdução ou não do cartão no POS.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS APONTAM MEDIDAS PARA FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO FINANCEIRA

A Associação Moçambicana de Bancos juntou-se aos demais actores do sector financeiro num workshop sobre a Inclusão de Género e Política nos Serviços Financeiros Digitais, realizado no passado dia 20 de Julho, na cidade de Maputo. Durante o evento, o Financial Sector Deeping – FSD Moçambique apresentou as notas de orientação a Nível de Políticas sobre a Inclusão Financeira Digital Baseada no Género, em Moçambique.

De acordo com o documento, persistem em Moçambique disparidades de género no acesso aos serviços financeiros, influenciadas pelos baixos níveis de literacia financeira das mulheres, falta de identificação formal, normas culturais, produtos do Sistema Financeiro Digital (SFD) inapropriados e acessibilidade limitada.

De acordo com as notas apresentadas pelo FSD-Moçambique, a desigualdade de género nos serviços financeiros restringe a produtividade económica da mulher, perpetua a pobreza, dificulta a alocação de recursos e reduz as oportunidades de mercado. Para colmatar esses desafios, a instituição convida aos intervenientes-chave do sector público-privado a contribuírem com soluções para o estabelecimento de um SFD melhorado.

A inclusão financeira baseada no género é vital para o desenvolvimento económico sustentável e redução da pobreza, através do empoderamento económico e financeiro da mulher, que leva à melhoria do bem-estar das famílias, ao aumento da resiliência e à melhoria da produtividade económica.

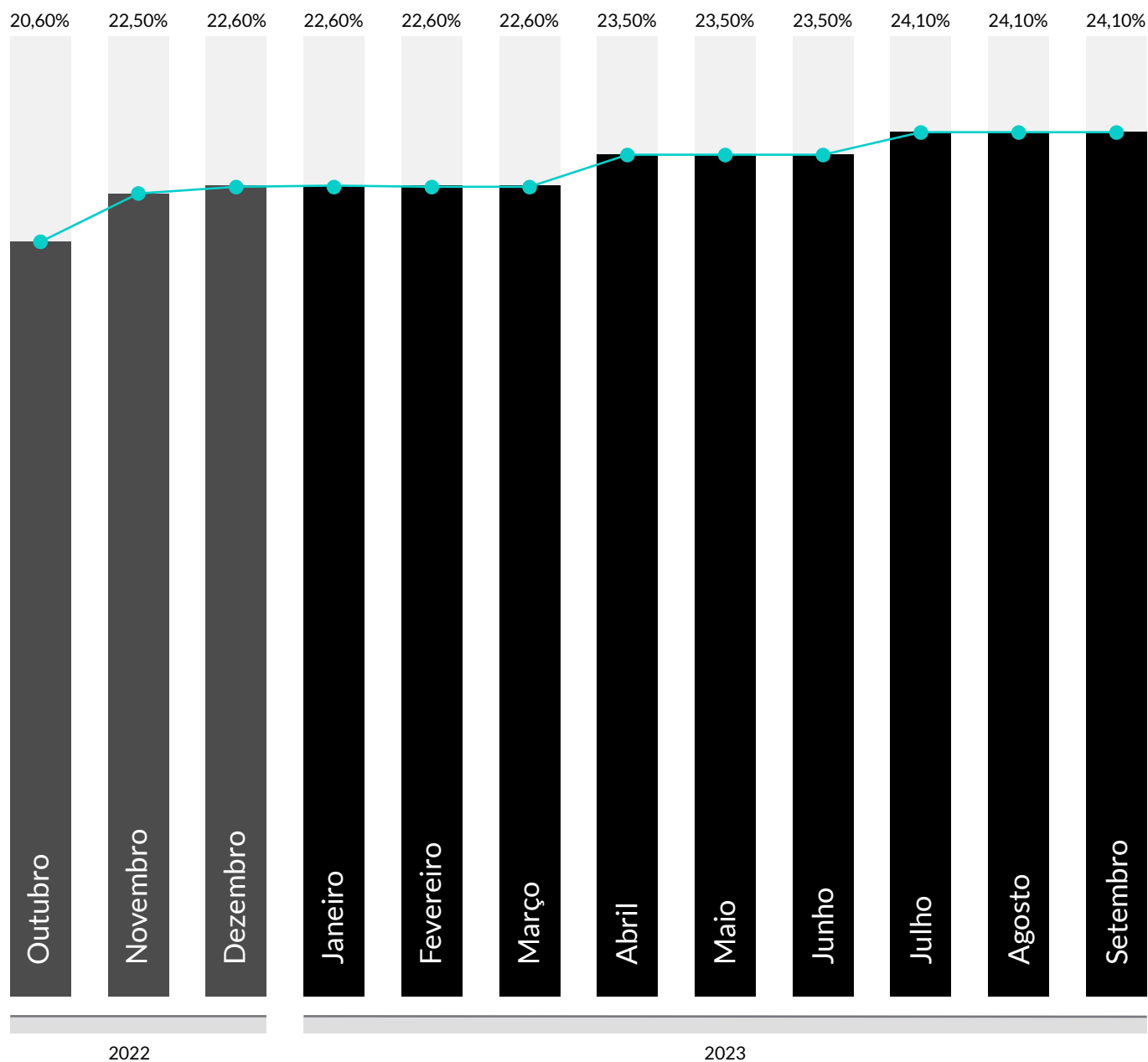
A nota defende que promover a igualdade de género na inclusão financeira e o SFD desbloqueiam todo o potencial da população feminina em Moçambique, impulsionando o crescimento inclusivo e o desenvolvimento socioeconómico.

Relativamente ao acesso e uso do SFD, a política recomenda o aumento dos níveis de acesso da mulher aos SFD através de estratégias direccionadas para colmatar a disparidade digital de género, através de programas de literacia digital e acesso à tecnologia e facilitar a participação económica da mulher, através do acesso aos serviços e recursos financeiros.

Como resultado da realização desse workshop, as instituições financeiras e outros sectores públicos e privados foram instados a priorizar a inclusão financeira baseada no género e a implementar intervenções de políticas recomendadas para o alcance da igualdade de género e empoderamento da mulher, através de sistemas financeiros inclusivos.



GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA PRIME RATE (ÚLTIMOS 12 MESES)



ALARGADA LEGISLAÇÃO CONTRA BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



Após a aprovação da proposta de revisão, no dia 10 de Agosto de 2023, pela Assembleia da República de Moçambique, o Presidente da República promulgou no dia 23 do mesmo mês, a Lei n.º 14/2023, que estabelece o Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

De acordo com a posição do Governo, anunciada pelo porta-voz da trigésima primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, aquando da aprovação do Decreto que valida esta lei, o dispositivo visa reforçar o controlo do financiamento de organizações sem fins lucrativos, além de aumentar as penalidades pecuniárias aplicadas a instituições que não cumpram as normas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Precedentemente, na Assembleia da República, a ministra da Justiça, Helena Kida, realçara a importância do dispositivo, para a saída do País da lista cinzenta do Gabinete de Acção Financeira Internacional, instrumento que mede a aptidão do País para o combate àquele tipo de delitos.

No âmbito da revisão deste instrumento, com impactos significativos no sistema financeiro, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou a proposta e apresentou algumas recomendações, visando uma melhor aplicabilidade da lei.

A Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo desempenha um papel fundamental na regulamentação e supervisão das actividades financeiras em Moçambique, garantindo a integridade do sistema financeiro e a prevenção de actos ilícitos.

A revisão desse instrumento vai permitir um alinhamento aprofundado com os padrões internacionais de prevenção ao branqueamento de capitais com efeitos no financiamento do terrorismo, o que é importante para manter a reputação do sistema financeiro moçambicano.

Além disso, a actualização da lei poderá incorporar novas tecnologias e abordagens para melhorar a eficiência na detecção e prevenção de actividades suspeitas nas instituições financeiras, como também vai permitir a incorporação de medidas mais robustas para enfrentar as ameaças emergentes como o terrorismo.

Através dessas medidas, a lei será dotada com eficácia necessária para o aumento da confiança dos investidores no mercado financeiro de Moçambique, o que pode atrair mais investimentos para o País, abrindo portas para parcerias e acordos com outras nações e instituições financeiras.

O envolvimento activo e contribuições da AMB na revisão desse instrumento foi de grande importância, para garantir que a legislação seja eficaz e adequada às necessidades do sector financeiro e do País em geral.

MOÇAMBIQUE ATINGE LIMITE DE ENDIVIDAMENTO INTERNO

O Governo de Moçambique atingiu, em Agosto passado, o limite de endividamento interno, após utilizar 99,8% do Orçamento do Estado previsto para este ano.

A informação foi divulgada pelo vice-ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suazi, enquanto porta-voz da 28.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

O esgotamento dos fundos públicos para a gestão das despesas do Estado aconteceu no sétimo mês consecutivo, faltando ainda 5 meses para fechar o ano. Diante dessa situação, o Executivo diz que vai recorrer a outras fontes de financiamento, com destaque para a colecta de mais impostos para suprir as despesas públicas.

“A cobrança de receitas do Estado foi de 146,7 mil milhões de Meticais, correspondentes a 41,1% do plano anual, e a despesa realizada foi de 195,6 mil milhões de Meticais, correspondentes a 41,4%”, acrescentou o porta-voz.

Com base nesses dados, o Governo gastou 48,9 mil milhões acima daquilo que colectou em impostos. Apesar de factores adversos, de Janeiro a Julho último, o Governo referiu que houve estabilidade macroeconómica em todo o País.

A comunicação sobre o esgotamento da capacidade de endividamento interno do Estado aconteceu depois de o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique alertar que a dívida pública interna, no último semestre, agravou-se em 33 mil milhões de Meticais em relação ao que foi registado em Dezembro de 2022.

Ainda na 28.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, o Governo fez o balanço da implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE 2023), tendo constatado que, dos 117 indicadores do PESOE, 73,5 % tiveram um desempenho positivo.



EM UM ANO TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA MANTÉM-SE EM 17,25 %

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária (MIMO) inalterada em 17,25% pelo 12º mês consecutivo. Essa decisão é baseada na crescente incerteza em relação à inflação, apesar das expectativas de que ela permaneça em um dígito no médio prazo.

A inflação anual caiu de 5,7% para 4,9% em Agosto, devido à redução dos preços dos alimentos, impulsionada pela estabilidade do Metical e pela prolongada época de colheita. No entanto, a inflação subjacente registou um aumento, a reflectir o incremento dos preços nas classes de restauração, de vestuário e calçado.

Para o futuro próximo, as perspectivas continuam a ser de inflação de um dígito, graças à estabilidade do Metical e às medidas tomadas pelo CPMO. No entanto, existem preocupações com a pressão sobre os gastos públicos internos e a incerteza relacionada a eventos climáticos extremos. Além disso, as incertezas em relação ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o aumento dos preços dos combustíveis no cenário internacional podem acelerar a inflação.

No que diz respeito ao crescimento económico, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,7% no segundo trimestre de 2023, impulsionado pela indústria extractiva, especialmente a produção de gás natural.

No médio prazo, espera-se que a indústria extractiva continue a impulsionar o crescimento do PIB, apesar dos possíveis impactos negativos de eventos climáticos na produção agrícola e infra-estruturas.

O endividamento público interno situa-se em 321,1 mil milhões de Meticais, o que representa um aumento de 46,0 mil milhões em relação a Dezembro de 2022.



FAQS SOBRE A ACTUALIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS



CARTÕES

1. O que é um cartão Contactless?

Os cartões bancários (débito, crédito e pré-pago) com a tecnologia de leitura por aproximação (contactless) permitem realizar operações de pagamento através da aproximação do cartão de um POS preparado para receber pagamentos contactless. Ambos têm de ter o símbolo , permitindo com que estes possam efectuar operações de pagamento por aproximação numa distância máxima de até 4 cm.

2. Quais são os parâmetros de segurança das transacções efectuadas com Contactless?

Os pagamentos contactless utilizam tecnologia de criptografia avançada, tornando-os extremamente seguros. Os cartões que incorporam tecnologia contactless têm chip incorporado que envia um sinal via radiofrequência nos pagamentos em POS, permitindo assim que o titular do cartão possa efectuar pagamentos de baixo valor sem a introdução do PIN.

Para efectuar um pagamento com tecnologia contactless, é sempre necessário que o comerciante introduza primeiro o valor da transacção no POS. Depois, o cliente deverá confirmar visualmente o valor da transacção e terá

de aproximar o cartão ao POS com tecnologia contactless, para que a transacção seja efectuada.

Adicionalmente, os emissores de cartões definiram um conjunto de elementos de controlo para garantir a segurança destes cartões: um montante máximo por transacção contactless e um limite de pagamentos consecutivos contactless. Informe-se, sobre este ponto, junto do seu Banco.

3. Posso efectuar pagamentos contactless com o meu cartão em qualquer parte do mundo?

Sim. A tecnologia contacless é uma funcionalidade VISA e tem aceitação em todos POS VISA espalhados em todo mundo identificados com o símbolo.

4. Pedi um cartão mas a entrega está demorada. Porquê?

Dada a dimensão e dispersão geográfica nacional, denota-se em alguns casos um atraso neste processo de substituição do parque de cartões.

VI. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Contudo os bancos estão empenhados e comprometidos com este processo de troca e emissão de cartões, por forma a garantir que os seus Clientes possam proceder com o levantamento dos seus novos cartões com tecnologia Contactless.

Neste sentido em alguns casos poderão promover o alargamento do horário de funcionamento de algumas agências e a abertura excepcional aos Sábados.

5. Recebi uma SMS do Banco para levantar o meu cartão, mas o cartão que tenho ainda está válido. Que faço?

Apesar do seu cartão actual ainda estar válido, os Bancos estão a substituir proactivamente todos os cartões para que incorporem a tecnologia contactless, sem nenhum custo adicional para si. Ao receber essa SMS por favor dirija-se à sua Agência e proceda com o levantamento do seu novo cartão junto do seu Banco para usufruir dos benefícios da tecnologia Contactless - consulte mais informações na Secção B) ATM e C) POS.

6. Quando é que vou ter acesso o meu novo cartão Contactless?

Terá o seu novo cartão contactless:

- Quando o prazo do seu actual cartão expirar e proceder ao levantamento de um novo cartão;
- Em situação de perda ou extravio do seu actual cartão, o banco irá lhe fornecer o novo cartão contactless.
- Estando os bancos a emitir proactivamente novos cartões para os seus clientes, assim que o contactarem para proceder com o levantamento do seu novo cartão contactless (mesmo que o seu cartão actual tenha a validade em dia).

7. Recebi o meu novo cartão Contactless. Quando posso começar a usar o mesmo?

Pode usar o cartão de imediato, sendo-lhe recomendado a alteração do PIN em ATM na primeira utilização.

8. O Cartão Contactless pode ser associado ao Serviço USSD?

Sim pode, no entanto, dependendo do seu Banco podem existir mecanismos de associação diferentes. Para os Bancos que usam o serviço *124#, o mesmo, nesta fase de evolução e melhorias das soluções de pagamentos encontra-se temporariamente indisponível. Fique atento às comunicações do seu Banco sobre este tema, pois brevemente serão partilhadas mais informações.

9. Será possível efectuar compras online com os novos Cartões?

Sim. Esta funcionalidade não sofrerá alteração.

10. Enquanto eu não receber o meu cartão com a nova tecnologia contactless deixarei de poder movimentar a minha conta?

Não. Poderá continuar a movimentar normalmente a sua conta.

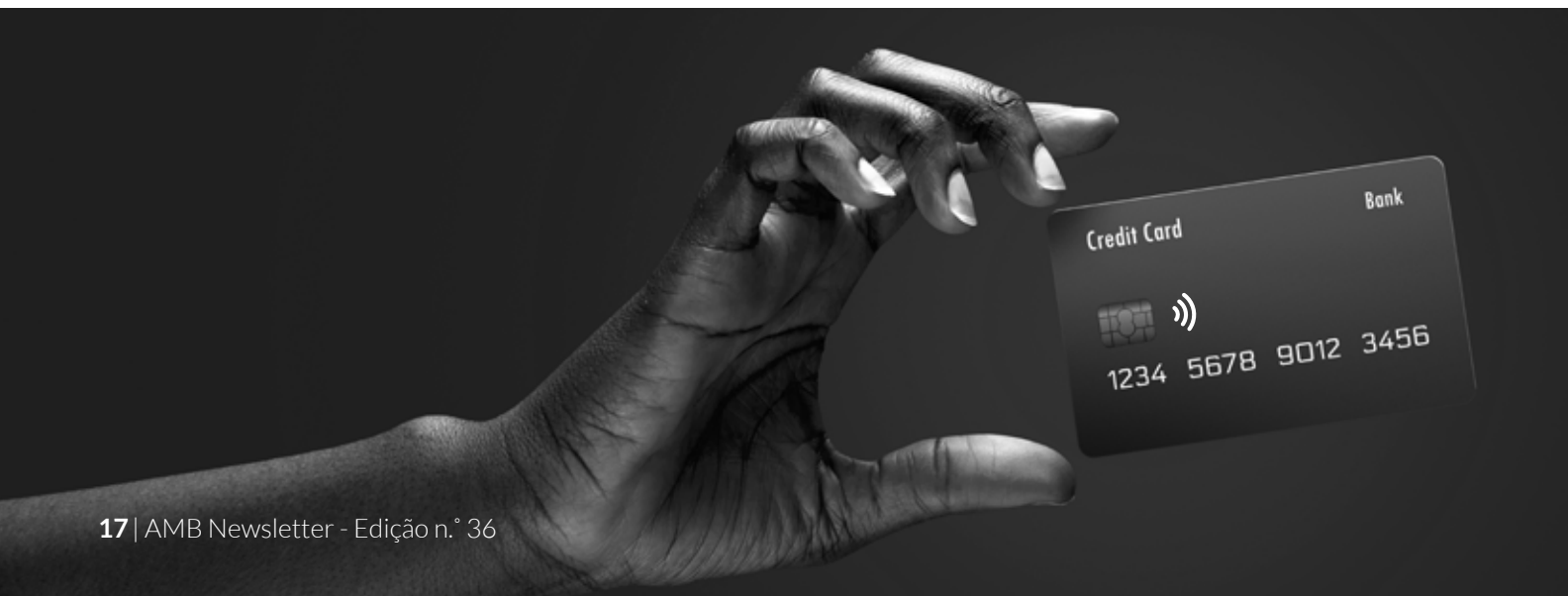
11. Os limites dos novos cartões serão alterados?

Não. O limite de cartões mantém-se idênticos, contudo adicionaram-se novos limites de utilização para pagamentos contactless. Informe-se junto da entidade que emitiu o seu cartão (o seu banco) acerca dos limites aplicáveis para pagamentos contactless.

12. Por existirem agora cartões contactless deixarei de introduzir PIN nas minhas compras em POS?

O pagamento contactless é uma forma adicional de efectuar pagamentos em POS. Os pagamentos de compras em valores baixos poderão ser realizados sem recurso ao PIN. Para pagamentos com valor superior continuará a ser solicitada a introdução de PIN quer sejam realizados com ou sem introdução do cartão no POS.

Para mais informações sobre os limites aplicáveis, dirija-se a agência mais próxima do seu Banco.



POS

13. A introdução da tecnologia contactless trás novidades para os POS?

Os POS passarão a aceitar pagamentos contactless através de cartões emitidos sobre a Rede Visa (nacionais e estrangeiros). Os titulares de cartão bancário poderão efectuar pagamentos em POS via tecnologia contactless, bem como habitualmente, através da introdução do cartão e digitação do PIN.

14. Os comerciantes, detentores de POS terão custos acrescidos neste processo?

Não. Todo o processo está a ser conduzido para que não haja alteração de custos para os Clientes.

15. Enquanto comerciante, terei mudanças de procedimentos nos pagamentos em POS?

Os procedimentos de aceitação de pagamento serão globalmente os mesmos, ficando ao critério de cada Banco a possibilidade de introduzir melhorias no sistema, pelo que deve contactar o seu banco para mais informações.

CONTA MÓVEL

16. O serviço Conta Móvel deixará de existir?

Não. O serviço conta móvel continuará a existir e em breve serão comunicadas novas funcionalidades para este serviço, pelo que deve ficar atento às novidades que vêm para si.


17. Eu tenho o serviço Conta Móvel mas não consigo levantar nas ATM com upgrade do sistema. O que devo fazer?

As ATMs, alvo de melhoria do sistema, vão ter em breve a opção para levantamento de conta móvel. Entretanto, enquanto não comunicados pelo seu banco, os utilizadores de Conta Móvel devem procurar uma ATM mais próxima que não tenha se beneficiado, ainda, do upgrade do sistema.

18. Uma vez que não consigo levantar o dinheiro em ATM, vou perder os valores que tenho na minha conta móvel?

Não. Os valores de cada utilizador de conta móvel não serão perdidos. Relembramos aos utilizadores de Conta Móvel que poderão continuar a efectuar as seguintes operações com toda a comodidade:

- Pagamento de facturas,
- Compras de recargas,
- Transferências para telemóvel,
- Pagamentos em POS,
- Transferência para a sua conta bancária (se a possuir).



O SERVIÇO
CONTA MÓVEL
DEIXARÁ
DE EXISTIR?

MEMBROS ASSOCIADOS



FICHA TÉCNICA

AMB Newsletter: Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos;
Dispensa de Registo No.03/GABINFO-DEC/2015; Edição no 36, III Trimestre, Setembro-2023

Coordenador Editorial:
Elísio Langa (Secretário-Geral da AMB)
elanga@amb.co.mz

Redacção, Fotografia e Maquetização:
Playground Mozambique
E-mail: contacto@playground.co.mz
Website: playground.co.mz

Benjamim M. Chabualo
bmchabualo@amb.co.mz

Análise Económica:
Alfredo Magaia (Assessor Económico da AMB)
amagaia@amb.co.mz

Periodicidade: Trimestral. Distribuição: Gratuita.
Contactos:
(+258) 21 310 818; (+258) 82 320 7330
E-mail: amb@amb.co.mz
Website: www.amb.co.mz
Rua da Imprensa, Prédio 33 Andares - No. 415 Maputo - Moçambique



AMB ASSOCIAÇÃO
MOÇAMBICANA
DE BANCOS

Publicação Trimestral • Setembro 2023 • Edição n.º 36 • Distribuição Gratuita